



OBSERVATÓRIO LABORAL DAS AMÉRICAS



Ficha Informativa país 2021 Brasil



Extensão territorial:

8.510.295 km².



População (censo 2010):

194.891.000 pessoas.¹



População estimada em 2021:

213.846.152.



População economicamente ativa -PEA- (trimestre junho - agosto 2021):

103.844.00 pessoas.



Produto Interno Bruto (PIB) 2020:

1.442.182 milhões de dólares².



PIB 2021:

O Banco Central prevê em 4,7% o crescimento do PIB em 2021.



Composição da população:

42,7% branca e
56,2% negra,
1% população indígena e de origem asiática.

¹Os dados estatísticos aqui apresentados e da situação socioeconômica foram obtidos e contrastados, em sua grande maioria, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

²<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=2&country=bra&lang=es>





Visão geral da situação socioeconômica

Emprego

As pessoas com emprego no trimestre móvel de junho a agosto de 2021 foram aproximadamente 90.188.000.

Desemprego

Para o trimestre móvel de junho a agosto de 2021, a taxa de desocupação foi de 13,2%, equivalente a 13.656.000 pessoas, apresentando uma melhoria de 1,4 pontos percentuais (p.p.) com relação ao segundo trimestre do ano.

População inativa

73.371.000 pessoas (essas personas são catalogadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE- como população fora da força de trabalho).

Informalidade

A taxa de subemprego subiu no segundo trimestre para 29,7%.

Pobreza

12,8% da população brasileira, equivalente a 27 milhões de pessoas, vivem agora na pobreza extrema, com uma renda menor que 246 reais por mês (aproximadamente USD 43).

Em setembro de 2021 foi registrado o pior dado inflacionário dos últimos 27 anos no Brasil, a inflação chegou a 10,25%.

Ao redor de 117 milhões de personas, equivalente a 55% da população do país, enfrentam insegurança alimentar com acesso incerto à nutrição.



Temas destacados da conjuntura 2021

O ano de 2021 esteve marcado, entre outras coisas, pela grave crise de mortes geradas pela gestão do governo de Bolsonaro na pandemia de COVID-19. No mês de março, o Brasil se situou como o segundo país do mundo em número de falecidos por coronavírus. No dia 6 de dezembro, o número de mortos no Brasil chegou a 615.744.

Não só a gestão da pandemia marcada pelo negacionismo de Bolsonaro, que colocou o país em uma das piores situações da sua história, como também a presidência interferiu diretamente na Petrobrás substituindo seu presidente, Roberto Castello Branco, pelo general aposentado do Exército Joaquim Silva e Luna. Como consequência dessa nefasta intervenção econômica por motivos políticos do executivo,

no mês de fevereiro o valor das ações da Petrobrás despencou na faixa de 21%, o que resultou em uma perda na bolsa de 18 bilhões de dólares.

Os riscos para a democracia brasileira também se enquadram na crescente militarização da institucionalidade do Estado. No primeiro semestre de 2021, nove ministérios estavam sob o comando de militares, que também ocupam cerca de 2.500 cargos institucionais.

Outro aspecto de grande importância é a revolta dos povos indígenas do Brasil. Milhares de pessoas dos povos originários da Amazônia, principalmente, mobilizaram-se em agosto contra as medidas presidenciais que pretendem impor um “marco temporal” para reconhecer





como terras ancestrais apenas aquelas que estavam ocupadas pelas comunidades indígenas antes de 1988. A imposição dessa arbitrariedade abre as portas para que as grandes empresas avancem na desapropriação e convertam as terras indígenas em espaços para a extração da madeira, a pecuária e o plantio de agrocombustíveis.

A própria Organização das Nações Unidas (ONU) manifestou sua preocupação com o que o

mercado temporal pode gerar, a legitimação da violência contra os povos indígenas. As organizações ambientalistas de todo o mundo também expressaram sua condenação ao que o governo de direita de Bolsonaro pretende fazer em uma das regiões com maior importância ecológica no mundo, e em que os povos indígenas são os responsáveis diretos pela conservação e o cuidado da natureza.





Ações e denúncias sindicais (nacionais e internacionais) e de outros setores sociais

As centrais sindicais denunciam a informalidade reinante no país (de 29,7%) como uma situação que gera dificuldades para a população, pela lógica do governo que privilegia as transnacionais e avança nos processos de privatização do público e precarização do trabalho.

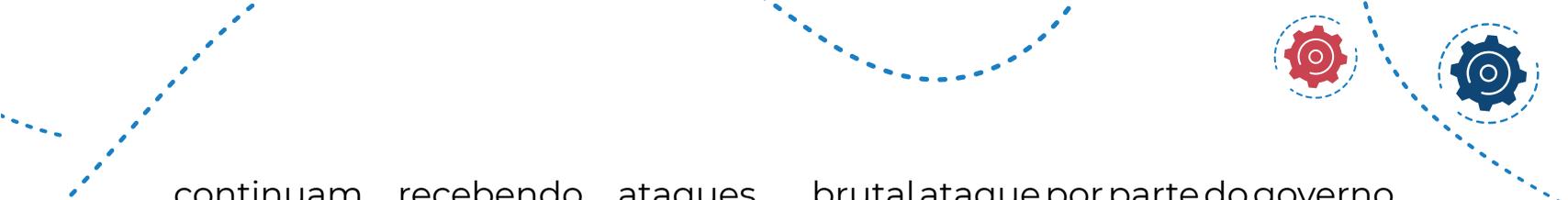
Precisamente no que diz respeito à precarização, no âmbito da conjuntura nacional e internacional, o sindicalismo brasileiro faz uma crítica profunda à Medida Provisória Nº 1045 entendida como uma reforma trabalhista, também discutida como projeto de lei. A Medida Provisória está voltada à contratação de jovens entre 18 e 24 anos sob regulações do direito civil e não do direito trabalhista.

O governo pretende impor uma nova reforma sindical, pressionada pelo empresariado, para que os próprios donos das empresas possam se converter em presidentes dos sindicatos.

O sindicalismo também denuncia a criação e a utilização de fakenews, por parte do governo e de suas agências de propaganda, para manipular a população. Essa estratégia também teve impactos contra as/os trabalhadoras/es no contexto da pandemia de COVID-19, e tem um importante correlato para desinformar sobre a realidade da região, principalmente sobre a questão política em Cuba e na Venezuela.

O movimento sindical em geral, e as mulheres em particular,





continuam recebendo ataques do governo que tenta frear ou enfraquecer os processos de organização e fortalecimento das centrais.

As denúncias também se apresentam no plano da economia de plataformas. Houve um aumento nos acidentes de entregadoras/es, que trabalham em condições precárias, com ganhos mínimos e utilizando ferramentas de trabalho próprias para poder ter acesso a esse tipo de economia.

O sindicalismo brasileiro tem denunciado a situação dos Povos Indígenas, em um cenário de

brutal ataque por parte do governo de Bolsonaro, e a intensificação das tentativas de desapropriá-los de suas terras. Essa problemática está ligada necessariamente à violação dos direitos territoriais e à exploração dos bens comuns.

Por fim, as centrais sindicais denunciam as tentativas de articulação das forças conservadoras e fascistas – acordos de interesses contrários aos da maioria da população – que visarão impedir, novamente, a candidatura de Lula da Silva para as eleições presidenciais em 2022, restringindo e atacando a democracia.





Negociação coletiva e liberdade sindical

O Brasil é um dos dez piores países no mundo para a atividade sindical e para o cumprimento dos direitos da classe trabalhadora, como classificado no Índice Global dos Direitos desenvolvido pela CSI. “A ausência de boa fé nas negociações por parte dos empregadores ilustra a ruptura do contrato social. Em vez de negociar, os convênios coletivos foram quebrados por meio de demissões coletivas no Brasil”³.

Os convênios coletivos e a consulta sindical têm sido violados no Brasil no último período: alegando dificuldades pela pandemia,

foram geradas demissões em massa de trabalhadoras/es. O caso da Embraer é emblemático, com a demissão em setembro de 2020 de mais de 2.500 trabalhadoras/es, sem nenhum tipo de negociação com o sindicato.

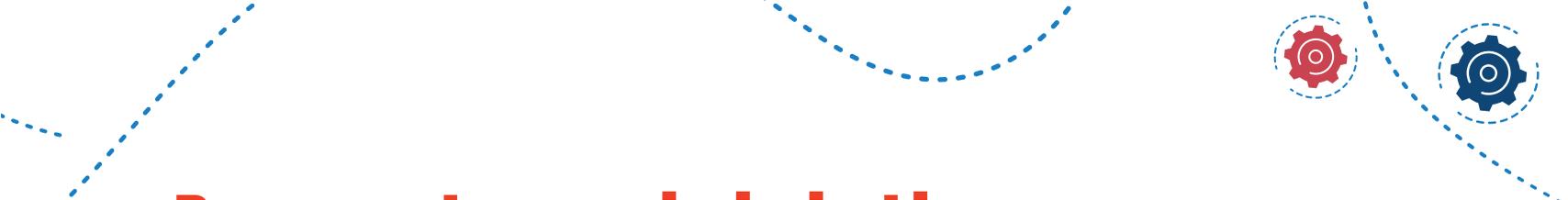
Sindicalistas assassinados.

Em 6 de novembro de 2020 foi assassinado João Inácio da Silva, que atuava como presidente da Cooperativa de Trabalhadores Montes Belos. Esse assassinato se encontra em impunidade⁴.



³ https://files.mutualcdn.com/ituc/files/ITUC_GlobalRightsIndex_2021_ES.pdf

⁴ Idem.



Propostas e iniciativas sindicais

Como proposta central está avançar no processo de organização e transformação sindical, levando em consideração as transformações do capitalismo, as novas formas de acumulação na economia de plataformas e as precarizações que pretendem ampliar e impor sistematicamente. A formação política é valorizada pelo sindicalismo como um elemento-chave para a organização, ligada ao desenvolvimento de uma comunicação própria e alternativa e a exploração de alianças com o setor cultural para ampliar as propostas e os benefícios para o conjunto da sociedade.

As centrais consideram ampliar a filiação sindical é um desafio e, a partir dela, fortalecer a possibilidade de enfrentar a conjuntura política, enquadrada

nos ataques à democracia e à violação sistemática dos direitos. Nesse mesmo aspecto, o sindicalismo propõe aprofundar a relação com os movimentos sociais, avançando também no processo de articulação regional com os movimentos e organizações que lutam pela justiça social, ambiental, econômica e de gênero.

Para combater a manipulação da mídia, o sindicalismo apresenta uma proposta de formação no âmbito da comunicação sindical, e a utilização dos recursos com os quais se conta atualmente de forma adequada para disputar a narrativa política. A formação na ação comunicativa é projetada a partir do movimento sindical como um elemento que contribui para uma melhor comunicação interna e externa.



Os sindicatos brasileiros propõem incidir, em articulação com a CSA, em todos os aspectos relacionados com a questão ambiental e os espaços de negociação internacional, divulgando os resultados e as propostas da última Conferência regional de Energia, Ambiente e Trabalho (CREAT), e fortalecendo as relações com os movimentos sociais ambientalistas e feministas.

Propõe-se a articulação sindical para continuar apoiando as lutas dos povos indígenas no Brasil, e centrar esforços no apoio às mulheres indígenas e negras que sofrem as brutais consequências da discriminação, a desigualdade e a violência.

Como iniciativa sindical, destaca-se a articulação para derrotar o neoliberalismo de Bolsonaro nas próximas eleições presidenciais, tendo como horizonte de significado o planejamento articulado das centrais sindicais, baseado nos eixos de organização, formação e comunicação. Nessa perspectiva, propõe-se a realização de uma atividade nacional de todas as centrais, e com representação e ampla participação de todos os movimentos sociais.

A construção unitária é entendida pelo sindicalismo como ideal para disputar a política e assim alcançar a garantia de direitos.



Apoia

